



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

EXCELENTÍSSIMA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA,

ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES (“**DELEGADO RAMAGEM**”), brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-RJ), RG 08899326-6 SSP/RJ, CPF 025.189.637-40, com endereço profissional na Câmara dos Deputados Gabinete 401, Anexo IV, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70160-900; **ANDRÉ FERNANDES DE MOURA** (“**ANDRÉ FERNANDES**”), brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-CE), RG 20081447544 SSP/CE, CPF 066.346.453-61, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, no Gabinete 578 - Anexo III, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **CLEITON GONTIJO DE AZEVEDO** (“**CLEITINHO**”), brasileiro, casado, Senador da República (REPUBLICANOS-MG), RG 8234793 SSP/MG, CPF 220.603.128-09, com endereço profissional no Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 17, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **DAMARES REGINA ALVES** (“**DAMARES ALVES**”), brasileira, divorciada, Senadora da República (REPUBLICANOS-DF), RG 4102238 SSP/DF, CPF 266.308.695-91, com endereço profissional no Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 04, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **EDUARDO NANTES BOLSONARO** (“**EDUARDO BOLSONARO**”), brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-SP), RG 2031159368 SSP/SP, CPF 106.553.657/70, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Gabinete 579, Anexo III, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70160-900; **EVAIR VIEIRA DE MELO** (“**EVAIR VIEIRA DE MELO**”),



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

brasileiro, casado, Deputado Federal (PP-ES), RG 989776 SPTC/ES, CPF 022.612.657-94, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, no Gabinete 443 - Anexo IV - Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **FILIPPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO (“FILIPPE BARROS”)**, brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-PR), RG 82027092, CPF 058.527.609-11, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, no Gabinete 745 - Anexo IV, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **FLÁVIO NANTES BOLSONARO (“FLÁVIO BOLSONARO”)**, brasileiro, casado, Senador da República (PL-RJ), RG 124805987 DETRAB/RJ, CPF 087.011.227-97, com endereço profissional no Senado Federal Anexo I 17º Pavimento, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **JORGE SEIF JÚNIOR (“JORGE SEIF”)**, brasileiro, casado, Senador da República (PL-SC), RG 6098019 SSP/SC, CPF 073.129.717-25, com endereço profissional no Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 16, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **LUIS EDUARDO GRANGEIRO GIRÃO (“EDUARDO GIRÃO”)**, brasileiro, casado, Senador da República (NOVO-CE), RG 940278 SRDPF/CE, CPF 319.668.103-34, com endereço profissional no Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 21, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP 70165-900; **MAGNO PEREIRA MALTA (“MAGNO MALTA”)**, brasileiro, estado civil, Senador da República (PL-ES), RG 2067674 SSP/PE, CPF 152.725.674-04, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 2 Ala Teotônio Vilela, Gabinete 06, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70165-900; **MARCO ANTÔNIO FELICIANO (“PR. MARCO FELICIANO”)**, brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-SP), RG 227280611 SSP/SP, CPF 131.175.328-11, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Gabinete 254, Anexo IV, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70160-900; **MARCOS ROGÉRIO DA SILVA BRITO (MARCOS ROGÉRIO)**, brasileiro, casado, Senador da República (PL-RO), RG 3343541 SSP/DF, CPF 602.320.642-53, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 2, Ala Teotônio,



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Vilela Gabinete 02, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70165-900; **NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA** (“**NIKOLAS FERREIRA**”), brasileiro, casado, Deputado Federal (PL-MG), RG 18208147 SSP/MG, CPF 117.014.426-80, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Gabinete 743, Anexo IV, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70160-900; e **SERGIO FERNANDO MORO**, brasileiro, Senador da República (PL), CPF/MF nº 863.270.629-20, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 2 Ala Affonso Arinos Gabinete 04, CEP 70165-900, por meio da Advocacia do Senado Federal, “ex vi” dos artigos 31, 80 e 205¹ do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 10 de novembro de 1972, com última consolidação nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 14, de 8 de novembro de 2022, com fundamento nos artigos 5º, LXIX e 105, I, alínea “b”, da Constituição da República de 1988, artigo 1º da Lei 12.016 de 7 de agosto de 2009. e artigo 211 e seguintes do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (RISTJ), impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA

(com pedido de medida liminar)

ante ilícita omissão do Excelentíssimo Senhor **FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA** (“**FLÁVIO DINO**”), brasileiro, casado, Ministro da Justiça e Segurança Pública, RG nº 443332 SSP/MA, inscrito no CPF sob nº 377.156.313-53, com

¹ À Advocacia do Senado Federal, órgão de assessoramento superior do Senado Federal, compete prestar consultoria e assessoramento jurídicos à Mesa, à Comissão Diretora, à Procuradoria Parlamentar, à Corregedoria Parlamentar, à Secretaria-Geral da Mesa; à Diretoria-Geral e demais órgãos da estrutura administrativa da Casa; opinar sobre minutas de atos e contratos administrativos a serem firmados pelo Senado Federal ou suas unidades; aprovar minutas-padrão; propor à Comissão Diretora a criação, alteração ou revogação de enunciados normativos; atuar em juízo na defesa das prerrogativas do Senado Federal e do Congresso Nacional, neste caso mediante autorização específica, asseguradas as garantias profissionais conferidas aos advogados públicos pela Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e legislação correlata aplicável ao serviço público federal; elaborar as peças processuais e informações a serem encaminhadas à Advocacia-Geral da União, ou, nos casos previstos em lei, diretamente ao Judiciário, com os elementos técnicos de fato e de direito necessários à defesa judicial e extrajudicial dos interesses da União e do Senado Federal. (...).



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

URGENTE

endereço profissional no Palácio da Justiça, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, 70297-400, consoante os fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. FUNDAMENTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA

I.I. Fundamentos fáticos

1. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito aprovou, em 11 de julho de 2023, à unanimidade, 7 (sete) requerimentos a propor, em seu conjunto, a requisição ao Ministério de Justiça e Segurança Pública das imagens do circuito de câmeras de segurança do Palácio da Justiça e dos respectivos refeitório e estacionamento situados no Anexo II do edifício, a cobrir o período de 7 a 9 de janeiro (**doc1**):

2. Observe-se, a propósito, o teor desses requerimentos:

- i. **Requerimento nº 118/2023** (Senadora Damares Alves): Requer seja requisitado por esta CPMI os serviços de especialistas ou empresa de inteligência artificial que realizem o trabalho de identificação e interpretação das imagens e filmagens obtidas pelas câmeras de segurança, externas e internas, dos palácios de Brasília (Congresso Nacional, Planalto, Supremo Tribunal Federal, Itamaraty e **Justiça**), relativas aos dias 8, 7 e 9 de janeiro de 2023;
- ii. **Requerimento nº 934** (Deputado Roberto Duarte): Requer sejam fornecidas as imagens do Anexo II, do Ministério da Justiça, imagens do Estacionamento do Anexo II do Ministério da Justiça e imagens do Refeitório do Anexo II, do Ministério da Justiça, referentes ao dia 08 de janeiro de 2023, durante todo o dia.
- iii. **Requerimento nº 949** (Deputado Pr. Marco Feliciano): Requer cópias das imagens internas e externas das câmeras de segurança do



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Palácio da Justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023;

- iv. **Requerimento nº 960** (Deputado Delegado Ramagem):
Requer as cópias das imagens internas e externas das câmeras de segurança do Palácio da Justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023;
- v. **Requerimento nº 981** (Deputado Nikolas Ferreira): Requer o acesso à íntegra das imagens das câmeras internas e externas, das 6h da manhã do dia 08 de janeiro de 2023 às 23h59min da mesma data, do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- vi. **Requerimento nº 999** (Deputado André Fernandes): Requer as imagens internas e externas das câmeras de segurança do palácio da justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023; e,
- vii. **Requerimento nº 1.007** (Deputado André Fernandes): Requer o acesso à íntegra das imagens das câmeras internas e externas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública das 06h da manhã do dia 08 de janeiro de 2023 às 23h59min da mesma data.

3. Para dar consecução aos requerimentos aprovados, no mesmo dia, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro encaminhou ofícios² ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a requisitar as imagens das câmeras de segurança, nos exatos termos dos requerimentos acima aprovados (doc2).

² Ofício nº 246/2023 – CPMI8; Ofício nº 247/2023 – CPMI8; Ofício nº 253/2023 – CPMI8; Ofício nº 266/2023 – CPMI8; e Ofício nº 269/2023 – CPMI8.



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

URGENTE

1. Todos os ofícios encaminhados pela Comissão estabeleçam o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o encaminhamento das imagens, prazo esse que findou dia 18 de julho **sem cumprimento da requisição**.
2. Em um primeiro momento, o Ministro da Justiça e Segurança Pública pediu a extensão do prazo, o que foi concedido pela Presidência da Comissão Parlamentar.
3. Posteriormente, porém, o Ministro da Justiça e Segurança Pública **negou o acesso às imagens**, por meio do Ofício nº 786/2023/GM/MJ (**doc3**), ao argumento de que estavam gravadas de sigilo no inquérito destes autos.
4. O impetrado afirmou no expediente que, em razão do disposto no artigo 20 do Código de Processo Penal, a requisição deveria ser endereçada à autoridade responsável pelos inquéritos policiais, que estão sob supervisão de V. Exa. nestes autos.
5. Em 1º de agosto de 2023, a CPMI ratificou os termos das requisições das imagens em questão, mediante o Ofício nº 339/2023-CPMI8, assinando ao embargado prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento (**doc4**).
6. Ato contínuo, na forma do Ofício nº 1.569/2023/GM³, o Exmo. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública postulou no Inquérito nº 4927, sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes no E. Supremo Tribunal Federal, autorização para o envio das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça em 8 de janeiro de 2023 à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023.

³ “Vide” **doc5**.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

7. Como resposta, o Ministro Alexandre de Moraes determinou o fornecimento das imagens diretamente pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, nos seguintes termos:

(...).

Na presente hipótese, não está caracterizada qualquer excepcionalidade que vede a cessão e compartilhamento de imagens à CPMI, que deverá analisar eventual publicização ou manutenção do sigilo em virtude das diligências em andamento.

Diante do exposto, AUTORIZO AO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA o envio e o compartilhamento das imagens do dia 08/01/2023, tanto do circuito interno quanto externo de segurança do Palácio da Justiça, com a Comissão Parlamentar mista de inquérito, nos termos do requerimento formulado.

Autorizo, ainda, o fornecimento das imagens diretamente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Oficie-se os Exmos. Presidente da CPMI e Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

(...).

(**doc5**, grifos acrescidos).

4. Intimado da decisão em referência em 7 de agosto de 2023, em vez de enviar direta e imediatamente à CPMI todas as imagens requisitadas, o impetrado as enviou e **aparentemente apenas em parte** e por meio Polícia Federal, conforme Ofício nº 210/2023/GILP/CINQ/CGRC/DICOR/PF (**doc6**).

5. Na remessa recebida com o referido expediente, havia imagens de apenas 2 (duas) das diversas câmeras do Palácio da Justiça e sem observância o intervalo de horários identificados nos requerimentos, conforme certidão exarada pela Secretaria da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro (**doc7**).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

6. Vieram à CPMI apenas 2 (duas) pastas de imagens: **i)** uma com imagens externas (câmeras voltadas para a manifestação) referentes ao período entre 13h30min e 21h33min do dia 8 de janeiro; e, **ii)** e outra de imagens internas do Salão Negro (entrada principal do Palácio da Justiça), relativas ao lapso entre 13h30min e 21h40min.

I.II. DO CABIMENTO E DA COMPETÊNCIA

8. Nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição da República de 1988, conceder-se-á mandado de segurança para proteger **direito líquido e certo**, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

9. De acordo com Hely Lopes Meirelles⁵, o mandado de segurança é

(...) o meio constitucional posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual, ou universalidade reconhecida por lei, para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

(...).

⁵ MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança e Ações Constitucionais**. 35. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 29.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

10. A doutrina⁶ aponta que a expressão “direito líquido e certo”, concerne
- (...) à forma de cognição desenvolvida no mandado de segurança, que exige prova pré-constituída das alegações postas pela parte impetrante. Não há, então, qualquer relação com espécie particular de direito subjetivo. Em conta disso, vem-se exigindo que as afirmações de fato trazidas pelo autor na petição inicial sejam demonstradas de pronto, por meio da prova documental. (...).
11. De acordo com o art. 105, alínea “b”, da Constituição da República de 1988, compete originariamente ao Superior Tribunal de Justiça julgar os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado.
12. No caso em comento, as afirmações de fato trazidas na petição inicial são demonstradas de pronto, por meio da prova documental. A seu turno, a autoridade coatora é ocupante do cargo de Ministro de Estado, razão pela qual justifica-se a competência deste Excelso Superior Tribunal de Justiça.
13. Os requerimentos nº 118, da **Senadora Damares Alves**; nº 949, do **Deputado Pr. Marco Feliciano**; nº 960, do **Deputado Delegado Ramagem**; nº 981, do **Deputado Nikolas Ferreira**; nº 999, do **Deputado André Fernandes**; e nº 1.007, do **Deputado André Fernandes** — todos de 2023 e devidamente aprovados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro foram descumpridos pela autoridade coatora.
14. A negativa do Ministro da Justiça e Segurança Pública em dar integral cumprimento a tempo e a modo aos sobreditos requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro (**doc2**) configuram claro e

⁶ ARENHART, Sergio Cruz in **Comentários à Constituição do Brasil**, Coord J.J.Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet e Lenio Luiz Streck. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 478.



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

URGENTE

inequívoco ato omissivo coator, a ser escoimado do mundo jurídico por força do deferimento desta impetração.

15. Vale dizer que os impetrantes, entre eles os autores dos requerimentos, têm direito líquido e certo ao cumprimento das proposições, que foram devidamente aprovadas no âmbito da CPMI.

16. Também gozam da prerrogativa de participar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em que sejam respeitados todos os mandamentos legais e constitucionais.

17. Cite-se que as CPIs tem o poder de requisitar documentos e informações, previsto no artigo 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952⁷, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

18. Ademais, não se trata de que questão *interna corporis*, cingida ao sistema de soluções de controvérsias próprios do Poder Legislativo, porque é assente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que Deputados e Senadores têm a prerrogativa de participar de procedimentos conforme os ditames do devido processo legislativo constitucional, como amostra a seguinte ementa:

(...).

O processo de formação das leis ou de elaboração de emendas à Constituição revela-se suscetível de controle incidental ou difuso pelo Poder Judiciário, sempre que, havendo possibilidade de lesão à ordem jurídico-constitucional, a impugnação vier a ser suscitada por membro do próprio Congresso Nacional, pois, nesse domínio, somente ao parlamentar – que dispõe do direito público subjetivo à correta observância das cláusulas que compõem o devido processo

⁷ Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, **requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos**, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

legislativo – assiste legitimidade ativa ”ad causam” para provocar a fiscalização jurisdicional.

(...).

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 34635**. Rel. Celso De Mello, Segunda Turma, j. 10 out. 2020, p. DJe-249, 15 out. 2020, grifos nossos).

19. No mais, é preciso destacar que o devido processo legislativo não diz respeito aos típicos procedimentos para formulação de leis, mas estrutura todo o funcionamento do Parlamento, inclusive no que tange atividades de fiscalização, que configuram a dimensão mais evidente das comissões parlamentares de inquérito.

20. Por outro lado, a atividade fiscalizatória das comissões parlamentares de inquérito são subsidiárias das típicas funções legiferantes do Parlamento, já que esses órgãos que ostentam poderes próprios de autoridades judiciais, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição da República, se orientam teologicamente em função de seu intrínseco propósito legislativo.

21. No regime constitucional dos Estados Unidos da América, primeira matriz do nosso ordenamento político e jurídico republicano, , o Congresso Legislativo detém ampla autoridade constitucional para obter informações relevantes em uma investigação, tanto do governo federal quanto da esfera privada (relacionadas a matérias de interesse público e legislativo).

22. Este *poder de investigação* foi considerado tão essencial para o funcionamento do Congresso Legislativo que está implícito na Constituição, de tal modo que seu escopo sempre foi concebido como “de longo alcance”.

23. Como ele é derivado do *poder legislativo*, a Suprema Corte exige que ele sirva a um *propósito legislativo* válido, isto é, que seja *subsidiário à função legislativa*, de modo a inserir-se na sistemática de *checks and balances*, que são, de um lado, a mola mestra da



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Separação de Poderes e, de outro, mecanismo de aperfeiçoamento dinâmico da democracia.

24. Nos Estados Unidos da América o requisito do *propósito legislativo* enseja investigações sobre qualquer tópico sobre o qual a legislação possa ser obtida ou sobre o qual o Congresso Legislativo possa exercer autoridade de maneira adequada.

25. Conforme muito bem descrito pela Suprema Corte em *Watkins v. Estados Unidos*, esse poder investigativo é inerente à garantia republicana de subordinação de todos poderes e bens públicos ao império da soberania popular, como se depreende do seguinte excerto:

U.S. Supreme Court

Watkins v. United States, 354 U.S. 178 (1957)

Watkins v. United States

Nº. 261

Argued March 7, 1957

Decided June 17, 1957

354 U.S. 178

CERTIORARI TO THE UNITED STATES COURT OF APPEALS

FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA CIRCUIT

Syllabus

Petitioner was convicted of a violation of 2 U.S.C. § 192, which makes it a misdemeanor for any person summoned as a witness by either House of Congress or any committee thereof to refuse to answer any question “pertinent to the question under inquiry.” Summoned to testify before a Subcommittee of the House of Representatives Committee on Un-American Activities, petitioner testified freely about his own activities and associations, but he refused to answer questions as to whether he had known certain other persons to have been members of the Communist



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Party. He based his refusal on the ground that those questions were outside of the proper scope of the Committee's activities, and not relevant to its work. No clear understanding of the "question under inquiry" could be gleaned from the resolution authorizing the full Committee, the legislative history thereof, the Committee's practices thereunder, the action authorizing the Subcommittee, the statement of the Chairman at the opening of the hearings or his statement in response to petitioner's protest.

Held: Petitioner was not accorded a fair opportunity to determine whether he was within his rights in refusing to answer, and his conviction was invalid under the Due Process Clause of the Fifth Amendment. Pp. 354 U. S. 181-216.

(a) The power of Congress to conduct investigations, inherent in the legislative process, is broad, but it is not unlimited. P. 354 U. S. 187.

(b) Congress has no general authority to expose the private affairs of individuals without justification in terms of the functions of Congress. P. 354 U. S. 187.

(c) No inquiry is an end in itself; it must be related to, and in furtherance of, a legitimate task of Congress. P. 354 U. S. 187.⁸

(d) The Bill of Rights is applicable to congressional investigations, as it is to all forms of governmental action. P. 354 U. S. 188.

(e) A congressional investigation is subject to the command that Congress shall make no law abridging freedom of speech or press or assembly. Pp. 354 U. S. 196-197.

Page 354 U. S. 179

⁸ **“(a) O poder do Congresso para conduzir investigações, inerente ao processo legislativo, é amplo, mas não é ilimitado. P. 354 U. S. 187.**

(b) O Congresso não tem autoridade geral para expor os assuntos privados de indivíduos sem justificção em termos das funções do Congresso. P. 354 U. S. 187.

(c) Nenhuma investigação é um fim em si mesma; deve ter relação com e servir para a consecução de legítima prerrogativa do Congresso. P. 354 U. S. 187.”.



SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

URGENTE

(f) When First Amendment rights are threatened, the delegation of power to a congressional committee must be clearly revealed in its charter. United States v. Rumely, 345 U. S. 41. P. 354 U. S. 198.

(g) A congressional investigation into individual affairs is invalid if unrelated to any legislative purpose, because it is beyond the powers conferred upon Congress by the Constitution. Kilbourn v. Thompson, 103 U. S. 168. P. 354 U. S. 198.

26. Daí porque, com absoluta precisão, afirmou o Ministro EDSON FACHIN ao julgar o MS 33.751:

(...) além da função contra majoritária fiscalizatória do Poder Executivo, reiteradamente assentada por esta Corte, as CPIs figuram como instrumento essencial das atividades parlamentares como um todo, na medida em que objetivam "reunir dados e informações para o exercício das funções constitucionais conferidas ao Parlamento" (FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Conflito entre poderes*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. p. 174), de forma que viabilizam a atividade parlamentar em sua plenitude. Em outras palavras, incumbe às Comissões em apreço não apenas as atividades de fiscalização. As CPIs também têm como horizonte instrumentalizar a atividade legiferante do Parlamento, a avaliação da conveniência de alocação de recursos e de financiamento de políticas públicas etc. Nesse cenário, é natural que se confira às CPIs ampla autonomia para o exercício do relevante múnus. (...) Há, portanto, espaço para que o Parlamento se movimente com certa discricionariedade nos quadrantes das diversas possíveis linhas investigativas a serem traçadas. (...) o âmbito de atuação da CPI deve ser compreendido não apenas a partir do destinatário subjetivo da apuração, mas, sobretudo, do âmbito material de investigação à luz das funções essenciais conferidas pela CF ao Congresso Nacional. (...) Como se nota, atos praticados na esfera privada não são imunes à investigação parlamentar, desde que evidenciada a



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

presença de interesse público potencial em tal proceder. Sendo assim, mais que sustentáculo da responsabilização civil ou criminal, a apuração empreendida no contexto das CPIs deve guardar relação instrumental com o conjunto das atividades parlamentares. Ou seja, o que deve ser perquirido, portanto, é a existência potencial de interesse público no objeto de investigação, sob a perspectiva das competências, no caso concreto, do Senado Federal. (...) Sendo assim, considerando que os fatos apurados têm abrangência nacional, relacionam-se ao futebol, esporte de inegável predileção nacional (nas palavras de Nelson Rodrigues, "o Brasil é a pátria das chuteiras"), e reconhecendo que o tema está inserido nas competências legislativas do Congresso Nacional (desporte e lazer como instrumentos de promoção social), não verifico que a investigação incorra em devassa desprovida de interesse público ou que desborde da competência constitucional das CPIs. (...) **Mesmo que se admita que o impetrante não figure como investigado formal, diante da condição de alto dirigente da CBF [Confederação Brasileira de Futebol], ao que parece, encontra-se em situação de íntima ligação aos fatos em apuração, de forma que sua focalização como alvo não escapa dos limites do fato que motivou a constituição da Comissão.** Ora, se o objetivo da Comissão é investigar atos praticados pela CBF, é natural, e até inevitável, que a apuração recaia também sobre seus altos dirigentes, notadamente do impetrante. Além disso, segundo a jurisprudência deste Supremo, a CPI “não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal” (HC 71.231, rel. min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 5-5-1994).

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 33.751** (voto do rel. p/ o ac. Min. Edson Fachin). Primeira Turma, j. 15 dez. 2015, 1ª T, *DJE* de 31 mar. 2016, grifos nossos).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

27. Assim, a CPI não faz persecução penal, mas investigação em sentido amplo e na medida em que seja necessária à consecução à função legislativa, inclusive o controle externo da Administração Pública.

28. É exemplo de garantia institucional para assegurar, sobretudo, informação imprescindível ao cumprimento das competências ao Congresso Nacional (“**tudo quanto o Congresso pode regular**” ou pode **legislar ou decidir**), conforme entendimento já há muito sedimentado no direito norte americano, esclarecido pelo saudoso Ministro PAULO BROSSARD:

(...)

A possibilidade de criação de CPI se não duvida, nem discute; é tranqüila; sobre todo e qualquer assunto? Evidentemente, não; mas sobre todos os assuntos de competência da Assembléia; assim, Câmara e Senado podem investigar questões relacionadas com a esfera federal de governo; **tudo quanto o Congresso pode regular, cabe-lhe investigar**; segundo **Bernard Schwartz, o poder investigatório do Congresso se estende a toda a gama dos interesses nacionais a respeito dos quais ele pode legislar, — it may be employed over the Whole range of the national interests concerning which the Congress may legislate or decide, A Commentary on the Constitution of the United States, 1963, I, n. 42, p. 126.** O mesmo vale dizer em relação às CPI's estaduais; seu raio de ação é circunscrito aos interesses do estado; da mesma forma quanto às comissões municipais, que hão de limitar-se às questões de competência do município.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 71.039**, voto do rel. Min. **PAULO BROSSARD**, Plenário, jul. 7 abr. 1994, Plenário, DJ 6 dez. 1996, grifos nossos).

29. As comissões parlamentares de inquérito, portanto, não se prestam precipuamente à escrutínio de condutas individuais com vistas à persecução penal



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

pessoal do agente, mas operam em patamar mais elevado, como instrumento de *checks and balances* imprescindível à estabilização, à defesa e ao aprimoramento da democracia e do próprio regime jurídico.

30. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituição de perfil constitucional, ínsita ao regime democrático, tem fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição da República de 1988. *Verbis*:

Art. 58. (...)

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (...).

31. Sabe-se que o Parlamento desempenha funções inerentes à democracia, em especial 1) a representação política da soberania popular; 2) a formulação de leis, inclusive políticas públicas e 3) a fiscalização do Poder Executivo e do *enforcement* da ordem jurídica estruturada a partir da Constituição da República.

32. Conforme muito bem descrito pela Suprema Corte em *Watkins vs. Estados Unidos*, o poder investigativo do Parlamento

(...) engloba inquéritos relativos à administração de leis existentes, bem como estatutos propostos ou possivelmente necessários. **Inclui pesquisas de defeitos em nosso sistema social, econômico ou político com o objetivo de permitir que o Congresso os remedie.**

⁹ A Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Compreende investigações em órgãos do Governo Federal para expor corrupção, ineficiência ou desperdício.¹⁰ (Grifos próprios).

33. O inquérito parlamentar constitui garantia fundamental inerente à função fiscalizatória do Poder Legislativo, a qual o povo exerce por meio de representantes eleitos, para garantir a efetividade e o aperfeiçoamento democrático da ordem jurídica.

34. Por isso, não se trata de investigar indivíduos, mas, à luz do § 3º do artigo 3º da Carta Política, para se escrutinar(em) fato(s) determinado(s) politicamente relevantes, para fins de aperfeiçoamento da estruturação e do funcionamento da ordem constitucional republicana.

35. Portanto, é perfeitamente cabível a impetração para tutelar bens jurídicos da mais alta relevância, a saber, a transparência dos negócios públicos e busca da verdade real de fatos imprescindível ao fortalecimento das instituições da democracia republicana.

36. Lado outro, a pretensão à ordem mandamental postulada não se encontra fulminado por prazo decadencial, nos termos do art. 23 da Lei 12.016/09, uma vez que os requerimentos foram aprovados em 11 de julho de 2023 e imediatamente enviadas ao impetrante para cumprimento (Ofício nº 241, de 2023, **doc2**).

37. Pelo exposto, ante pede-se que este mandado de segurança seja admitido, processado e deferido em todos os seus termos, para se garantir o regular funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito impetrante.

I.III. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE MINORIAS PARLAMENTARES.

¹⁰ Disponível em: <https://www.oyez.org/cases/1956/261>. Acesso em 24/10/2021.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

38. Consoante as lições do então Ministro Celso de Mello, a norma inscrita no art. 58, § 3º, da Constituição da República destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar.

39. Destaca-se o seguinte trecho:

(...)

A prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional, que não dispõe de qualquer parcela de poder para deslocar, para o Plenário das Casas legislativas, a decisão final sobre a efetiva criação de determinada CPI, sob pena de frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalizar e de investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo. A rejeição de ato de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por Líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 26441**. Rel. Celso De Mello, Tribunal Pleno, j. 25 abr; 2007, p. DJe-237. 18 dez. 2009. Ement Vol-02387-03. 294 RTJ. Vol-223-01, p. 301).

40. Nesse contexto, conforme assentado pelo Exmo. Ministro Luis Roberto Barroso, a criação de comissões parlamentares de inquérito é **prerrogativa político-**



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

jurídica das minorias parlamentares, a quem a Constituição assegura os instrumentos necessários ao exercício do direito de oposição e à fiscalização dos poderes constituídos, como decorrência da cláusula do Estado Democrático de Direito, conforme se segue:

Direito Constitucional. Mandado de Segurança. Medida cautelar. Instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito. **Direito das minorias políticas**. Atos do Governo Federal para enfrentamento da pandemia da Covid-19. 1. Mandado de segurança impetrado por senadores da República com o objetivo de que seja determinada a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”. O requerimento de CPI foi subscrito por 30 (trinta) membros do Senado Federal. **2. A criação de comissões parlamentares de inquérito é prerrogativa político-jurídica das minorias parlamentares, a quem a Constituição assegura os instrumentos necessários ao exercício do direito de oposição e à fiscalização dos poderes constituídos, como decorrência da cláusula do Estado Democrático de Direito**. 3. De acordo com consistente linha de precedentes do STF, a instauração do inquérito parlamentar depende, unicamente, do preenchimento dos três requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição: (i) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; (ii) a indicação de fato determinado a ser apurado; e (iii) a definição de prazo certo para sua duração. Atendidas as exigências constitucionais, impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja instalação não pode ser obstada pela vontade da maioria parlamentar ou dos órgãos diretivos das casas legislativas. Precedentes: MS 24.831 e 24.849, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 22.06.2005; ADI 3.619, Rel. Min. Eros Grau, j. em 01.08.2006; MS 26.441, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 25.04.2007. 4. As razões apresentadas pela ilustre autoridade coatora, embora tenham merecido atenta consideração, seguem uma lógica estritamente política que, no caso



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

em exame, não pode prevalecer. Trata-se, no particular, de matéria disposta vinculativamente pela Constituição, sem margem para o exercício de valoração discricionária. 5. Perigo na demora decorrente da urgência na apuração de fatos que podem ter agravado a pior crise sanitária dos últimos tempos, e que se encontra, atualmente, em seu pior momento. 6. Medida liminar referendada, para determinar a adoção das providências necessárias à criação e instalação de comissão parlamentar de inquérito, na forma do Requerimento SF/21139.59425-24.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Referendo na Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 37760**. Rel. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, j. 14 abr. 2021, p. DJe-158, 9 ago. 2021, grifos acrescentados).

41. Desse modo, é importante assegurar o direito de todos os parlamentares membros das Comissões Parlamentares de Inquérito, cuja criação é prerrogativa das minorias.

42. Comissões que, por serem órgãos essenciais à consecução do poder/dever fiscalizatório do Legislativo, têm uma série de poderes elencados na Constituição e na lei, dentre os quais está o de requisitar documentos de autoridades, conforme será melhor desenvolvido no tópico seguinte.

I.V. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. PODERES DE INVESTIGAÇÃO PRÓPRIO DE AUTORIDADE JURISDICIONAL.

43. De acordo com o disposto no art. 58, §3º, da Constituição de 1988, as comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.

44. No mesmo sentido, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal se dispõe:



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Art. 148. No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, **requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza**, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

(Grifos acrescidos).

45. Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal¹³, as CPIs podem exercer as atribuições investigatórias que lhes são inerentes, desde que o façam nos mesmos termos e segundo as mesmas exigências que a Constituição e as leis da República impõem aos juízes.

46. Conforme o artigo 2º da Lei 1.579/52, no exercício de suas atribuições, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, **requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos**, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença. Transcreve-se:

Art. 2º No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e

¹³ (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Medida Cautelar no Mandado de Segurança nº 30.906**. Rel. Min. Celso de Mello, j. 5 out. 2011, p. 10 out. 2011).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença. (Redação dada pela Lei nº 13.367, de 2016).

47. Conforme já exposto acima, em 11 de julho de 2023, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (“CPMI 08 de Janeiro”) aprovou, de forma unânime, 07 (sete) requerimentos direcionados ao Ministério de Justiça e Segurança Pública requisitando as imagens do circuito de câmeras de segurança do órgão referentes aos eventos do dia 08 de janeiro de 2023.

48. Os requerimentos são de autoria dos seguintes membros da CPMI: Senadora Damares Alves, Deputados Roberto Duarte, Pr. Marco Feliciano, Delegado Ramagem, Nikolas Ferreira e André Fernandes. Todos eles, com exceção do Deputado Roberto Duarte, somados a outros parlamentares que compõem a CPMI são impetrantes do presente Mandado de Segurança, eis que possuem **i) o direito de ter os requerimentos de sua iniciativa que são devidamente aprovados pela Comissão cumpridos; ii) o direito de acesso aos documentos e informações que consideram indispensáveis à elucidação dos fatos; iii) o direito de participar de um processo em que sejam respeitadas todas as normas constitucionais e legais, dentre elas o art. 58, §3º da CF, o art. 148 do RISF e o art. 2º da Lei 1.579, citados acima.**

49. Destaca-se que, conforme entendimento do STF, o princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como amostra a seguinte ementa:

(...).

O princípio da colegialidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer CPI, notadamente



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

quando esta, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquelas que importam na revelação (disclosure) das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. A legitimidade do ato de quebra do sigilo bancário, além de supor a plena adequação de tal medida ao que prescreve a Constituição, deriva da necessidade de a providência em causa respeitar, quanto à sua adoção e efetivação, o princípio da colegialidade, sob pena de essa deliberação reputar-se nula.

(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Mandado de Segurança nº 24817**. Rel. Celso de Mello, Tribunal Pleno, j. 3 fev. 2005, p. DJe-208, 6-11-2009 EMENT VOL-02381-03 PP-00571).

50. Repise-se que a negativa do Ministro da Justiça e Segurança Pública em dar integral cumprimento a tempo e a modo aos sobreditos requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro (**doc2**) configuram claro e inequívoco ato omissivo coator, a ser escoimado do mundo jurídico por força do deferimento desta impetração.

51. O descumprimento do dever legal de atendimento aos requerimentos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 denota a **ilegalidade** praticada pelo Exmo. Ministro de Estado e o **desrespeito ao direito líquido e certo** dos parlamentares membros da referida CPMI de terem os seus requerimentos cumpridos, de terem acesso a informações que consideram essenciais para o deslinde do fato investigado pela Comissão, bem como de participarem de um procedimento hígido, em que as normas constitucionais e legais são observadas.

52. Nesse contexto, necessária a concessão da ordem para determinar o imediato cumprimento, por parte da autoridade coatora, dos requerimentos nº 118, nº 934, nº 949, nº 960, nº 981, nº 999 e nº 1.007 — todos de 2023 —, oriundos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de, **com o consequente compartilhamento de todas as imagens das câmeras de**



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

segurança do circuito interno e externo do Palácio de Justiça e dos respectivos restaurante e estacionamento localizados no Anexo II do edifício referentes ao interregno entre o começo do dia 7 de janeiro até o final do dia 9 de janeiro, dia 8 de Janeiro de 2023.

III.IV. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

53. De acordo com o art. 37, caput, da Constituição da República de 1988, a publicidade é princípio expresso a ser observado pela Administração Pública. Destaca-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte: (...). (Destaques acrescentados)

54. Conforme entendimento do STF, o Princípio de Publicidade dos Atos da Administração Pública caracteriza-se como preceito fundamental para fins de cabimento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

55. Nesse contexto, os tratados internacionais e a própria Constituição Federal convergem no sentido de se reconhecer não apenas a ampla liberdade de acesso às informações públicas, corolário, como visto, do direito à liberdade de expressão, mas também a possibilidade de restringir o acesso, desde de que (i) haja previsão legal; (ii) destine-se a proteger a intimidade e a segurança nacional; e (iii) seja necessária e proporcional. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Tribunal Pleno, **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 129**, Rel. Min. Edson Fachin, j. 5 nov. 2019).



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

56. Consoante o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), citada em decisão pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. Destaco:

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

57. A negativa de acesso às imagens por parte da autoridade coatora, a quem foi incumbida a responsabilidade de compartilhamento tanto pela CPMI dos Atos de 8 de Janeiro, como pelo Min. Alexandre de Moraes na decisão proferida no Inq. nº 4927/DF (**doc4**), representa também violação ao princípio da publicidade e à Lei 12.527/11.

I.VI. LIMINAR. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA

58. Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

59. No caso em comento, é urgente a necessidade de concessão de tutela provisória de urgência de natureza antecipada para determinar o imediato cumprimento, por parte da autoridade coatora, dos Requerimentos nº 118, nº 934, nº 949, nº 960, nº 981, nº 999 e nº 1.007 — todos de 2023 —, oriundos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 e de autoria dos parlamentares impetrantes desta impetração.

60. A probabilidade do direito restou devidamente comprovada ante a sólida fundamentação articulada nos tópicos anteriores, haja vista, sobretudo, a clareza e exigibilidade das requisições vazadas nos requerimentos em tela e a contraposta e renitente omissão de lhes dar cumprimento por parte da autoridade impetrada.

61. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo também se encontra presente, porquanto a ausência das imagens impede o regular exercício dos trabalhos por parte da CPMI, que considera o acesso às imagens como essencial ao deslinde do fato investigado.

62. O “periculum in mora” se evidencia ainda mais ante a temporalidade do inquérito parlamentar, o qual se circunscreve ao prazo de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do §3º do artigo 58 da Constituição da República c/c artigo 76, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e § 3º do artigo 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

IV. DOS PEDIDOS

63. Ante o exposto, os impetrantes requerem:

- a) O conhecimento deste mandado de segurança, com a concessão liminar de tutela provisória de urgência de natureza antecipada para determinar o imediato cumprimento, por parte da autoridade coatora, dos Requerimentos nº 118, nº 934, nº 949, nº 960, nº 981, nº 999 e nº



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

1.007 — todos de 2023 —, oriundos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 (“CPMI 08 de Janeiro”) e de autoria dos membros impetrantes do presente MS, nos exatos termos da fundamentação;

- b) a notificação da autoridade coatora, para manifestação no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 7º, I, da Lei 12.019/06;
- c) ciência do feito ao representante judicial da União, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do artigo 7, II, da Lei 12.019/06;
- d) a oitiva do membro do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 12 da Lei 12.016/09;
- e) no mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da medida liminar antecipada eventualmente deferida.

64. Requerem, ainda, a intimação dos membros da Advocacia do Senado Federal infra-assinados de todos os atos de interesse dos impetrantes.

65. Nestes termos, pede deferimento.

66. Brasília, 14 de agosto de 2023.

[vide assinatura eletrônica]

MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO CARDOSO SILVA

Advogada do Senado
OAB/DF nº 32676

[vide assinatura eletrônica]

PEDRO FORMAGGINI GUALTIERI

Advogado do Senado
OAB/MG 172.053

[vide assinatura eletrônica]

EDVALDO FERNANDES DA SILVA



URGENTE

SENADO FEDERAL
Advocacia
Núcleo de Processos Judiciais

Advogado do Senado Federal
Coordenador do Núcleo de Processos Judiciais
OAB/DF nº 19.233 | OAB/MG nº 94.500